**Considerações sobre as principais alterações trazidas
pelo Projeto de Lei 4.253/2020**

Por Júlia Duarte

O Projeto de Lei 4.253/2020 tem o objetivo de instituir novo regime licitatório para toda a administração pública direta, autárquica e fundacional. O texto propõe a revogação das seguintes leis:

- Lei 8.666/93 – Normas gerais de licitações e contratações públicas;
- Lei 10.520/02 – Normas gerais sobre a modalidade pregão;
- Lei 12.462/11 – Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC.

Além disso, ainda que não o faça expressamente, o projeto acabará revogando série de regulamentos oriundos das mencionadas normas de licitação. Por exemplo, muito provavelmente, sobrevirão novos regulamentos para o pregão, para o registro de preços e para outros procedimentos sobre licitações, visando maior adequação à nova legislação.

Uma das percepções latentes do Projeto de Lei 4.253/20 é a busca do legislador pela inovação em diversos segmentos, desde a preocupação com a governança e gestão de riscos até questões pragmáticas das contratações públicas.

Destacam-se os impactos práticos como, por exemplo, a possibilidade do orçamento sigiloso, a inversão obrigatória das fases, inclusão do critério de julgamento relacionado ao maior retorno econômico e demais questões que influenciarão o dia a dia das empresas que participam dos certames.

Mesmo diante da iminente nova legislação – aguarda-se, no momento, apenas a sanção presidencial – segue certo que o sucesso do processo licitatório é intrínseco

ao projeto básico ou executivo. Os estudos relacionados à fase interna da licitação direcionarão seu futuro.

Neste ponto, apesar da vedação à participação no certame daquele que criou o projeto básico ou executivo, vale registrar que a nova lei de licitações excepciona tal condição às contratações integradas, cabendo ao contratado, nestes casos, os encargos do projeto básico e do projeto executivo, seja para obras ou serviços.

A condução das licitações passa a ser preferencialmente eletrônica, podendo ocorrer inversão das fases para todas as modalidades. Isso significa que a administração pública, a seu critério, porém mediante justificativa, poderá realizar a licitação na modalidade concorrência, inaugurando a sessão com a abertura do envelope de propostas, trazendo economia processual ao procedimento.

Interessante que, optando a administração pela licitação de forma presencial, torna-se obrigatória a gravação das sessões. Por outro lado, também merece destaque a extinção das modalidades licitatória convite e tomada de preços.

O projeto de lei ainda traz novidades a respeito da qualificação técnica das licitantes. Contrariando entendimentos doutrinários e jurisprudenciais, passa a permitir a exigência de certificação por organização independente, desde que validada pelo INMETRO, como condição de habilitação.

Acredita-se que tal previsão permitirá à administração contratar com empresas capacitadas e preparadas para cumprimento do escopo almejado. Contudo, difícil dimensionar o impacto dessa imposição para o mercado e a capacidade de atendimento do INMETRO, pelo menos durante a fase de adaptação e transição da lei.

O art. 24 I, II do PL 4.253/20 incorporou o orçamento sigiloso previsto nas Leis 12.462/11 e 13.303/16. Deste modo, permitirá disputadas acirradas, uma vez que

o conhecimento antecipado do valor estimado faz com que as licitantes pratiquem aquele limite apresentando propostas superiores. Por outro lado, questiona-se como, na prática, o edital exigirá a comprovação de capital social e patrimônio líquido até 10% do valor estimado da contratação sem a publicação do orçamento.

Outra relevante alteração que influenciará na disputa e alcance da proposta mais vantajosa é a limitação imposta pelo art. 4º, §1º, I referente à obtenção dos benefícios previstos na LC 123/06. A nova lei geral de licitações recepciona referida norma complementar, mas, para a concessão dos benefícios, o valor estimado da licitação não poderá ultrapassar a receita bruta anual máxima admitida para fins de enquadramento.

Com isso, cessará o uso indiscriminado dos benefícios concedidos às empresas enquadradas como ME ou EPP. Atualmente, a concessão dos benefícios independe do valor estimado da licitação, avaliando-se apenas o enquadramento vigente da licitante no momento de sua habilitação.

No âmbito das contratações diretas, o art. 73, II, permitirá a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional do setor artístico, sendo imperiosa a consagração desse profissional pela crítica especializada ou opinião pública. Apesar da previsão também da contratação direta por inexigibilidade de auditorias e patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, acreditar é certo que tal permissivo seguirá sendo objeto de divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

A nova norma geral cuidou de definir os procedimentos auxiliares, anteriormente utilizados, mas não previstos pela Lei 8.666/93, tais como credenciamento, pré-qualificação, procedimento de manifestação de interesse, sistema de registro de preço e registro cadastral, definindo critérios claros e objetivos inerentes a esses processos.

Com a nova lei, a eficácia dos contratos administrativos está atrelada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). A criação do PNCP tem a finalidade precípua de centralizar e divulgar os atos exigidos pela lei, dando ampla publicidade aos certames.

As regras referentes ao regime contratual sofreram poucas alterações, passando a estar prevista vigência contratual de 10 (dez) anos para as contratações diretas previstas nas alíneas 'f' e 'g', do inciso IV, e nos incisos V, VI, XII e XVI do *caput* do art. 74, relacionadas a contratações de produtos e tecnologia de origem e fabricação nacional. Além disso, contratos de serviços passam a ser firmados pelo período de 2 (dois) anos, podendo ser renovados 5 (cinco) vezes, totalizando 10 (dez) anos.

No que se refere ao combate à corrupção, passam a estar previstas penas mais rígidas. O crime de fraude a licitação ou nos contratos, por exemplo, terá pena de reclusão de 4 a 8 anos, enquanto eram punidos com detenção de 2 a 4 anos. Além da pena de detenção, o cometimento de fraudes poderá resultar em multa, impedimento de licitar por até 3 anos e declaração de inidoneidade de 3 até 6 anos, sendo que a empresa poderá ter a punição retirada se reparar o dano.

A nova norma geral de licitações recepciona institutos previstos Lei 10.520/02 (Lei de Pregão) e na Lei 12.462/11 (Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC), além dos instrumentos previstos no âmbito das concessões de serviços públicos, como no caso do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), passando a ter sua aplicação para as demais contratações. Apesar da intenção de desburocratização e combate a corrupção, percebe-se um texto ainda mais prolixo e burocrático.